

12º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO DA UEMG

Competências de Conselho Tutelar: alcances e limites

Roberta Sant Andre

Email para contato: rsantandre@gmail.com

Palavras chave: Competências; Políticas Públicas; Conselho Tutelar; Criança e Adolescente.

OBJETIVO: O trabalho tem como objetivo analisar as competências legais, individuais e organizacionais de conselheiros tutelares para pessoas que atuam no Sistema de Garantias de Direito das Crianças e Adolescentes. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de caso de Conselhos Tutelares em cidades de diferentes portes em Minas Gerais. Foram entrevistados conselheiros, servidores da saúde, educação, assistência social, promotoria, segurança pública e famílias usuárias. Para as referências, foram utilizadas a legislação pertinente, pesquisas quali-quantitativas e artigos científicos sobre o assunto. **APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS :** A maioria dos entrevistados identifica a competência “saber conversar” como a mais importante para conselheiros tutelares. As competências consideradas importantes relacionam-se ao conhecimento das leis e da rede, às habilidades de saber se relacionar com as famílias, com vítimas de violência e com as pessoas que trabalham no Sistema de Garantia de Direitos e à atitude de querer trabalhar bem, se capacitar na rede. Em relação às competências organizacionais, há necessidade de aprimorar o processo de transição de uma gestão para outra, pois memória e aprendizagem da organização se perdem nas entradas e saídas de conselheiros. A falta de padrão em registrar dados, presente na maioria dos CTs prejudica a continuidade do atendimento e a formulação de políticas públicas. Apesar dos conselheiros, em sua maioria, se considerarem eficientes para encaminhar os casos, a ausência de entidades que recebam esses casos e a ineficiência das políticas públicas foram considerados os maiores dificultadores do trabalho do Sistema de Garantia de Direitos conforme os entrevistados e as pesquisas quali-quantitativas.

CONSIDERAÇÕES As leis não são bem conhecidas por grande parte da população e as pessoas interpretam de maneira diferente as atribuições do CT, Estado e família na educação, saúde e bem estar de crianças ou adolescentes. As práticas no Sistema de Garantia de Direitos variam de pessoa para pessoa, de grupo para grupo refletindo os sinais de fragmentação, dispersão, isolacionismo e sobreposição nas políticas públicas. Os CTs estudados confirmam tendências que indicam prevalência de atuações emergenciais e pontuais, sem estratégia a médio e longo prazo e sem continuidade nos atendimentos. A complexidade do fenômeno da violência, as deficiências em infraestrutura, segurança pública, justiça, a insuficiência nas políticas públicas de saúde, educação e assistência social influenciam no trabalho dos conselhos tutelares assim como as competências individuais e organizacionais destes para lidar com o violação de direitos de crianças e adolescentes.

12º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO DA UEMG

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ACADÊMICO DE ALUNOS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES DO SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS, NO ÂMBITO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CAMPUS DE BELO HORIZONTE/UEMG

Maria Odília Figueiredo DE Simoni

Patricia Cristina de Souza, Ilma Aparecida Godinho de Souza

Email para contato: mariaodiliafs@yahoo.com.br

Palavras chave: inclusão; ações afirmativas; avaliação no ensino superior

Este texto baseia-se no Relatório Final da Pesquisa Avaliação de Desempenho Acadêmico de Alunos de Graduação, Participantes e Não Participantes do Sistema de Reserva de Vagas no Âmbito da Faculdade de Educação/CBH/UEMG, realizada no período de 01/08/2009 a 31/07/2010, demandada pela Pró Reitoria de Pesquisa da UEMG, cujo objetivo foi comparar o desempenho acadêmico entre alunos participantes (cotistas) e não participantes (não-cotistas) do sistema de reserva de vagas. Buscou-se fundamentação teórica sobre as temáticas: Inclusão, Ações Afirmativas e Avaliação de alunos no Ensino Superior. A pesquisa de natureza qualitativa aborda a realidade do curso de Pedagogia, da FaE/UEMG, diversificada e complexa, e aspectos quantitativos sobre alunos e professores. Participaram diretamente da pesquisa 37 docentes e 435 alunos (77 cotistas e 358 não-cotistas) a partir de preenchimento de questionários contendo questões fechadas e abertas. Tal instrumento foi escolhido por envolver um maior número de participantes. A análise dos resultados considerou as categorias: a) perfil do aluno; b) olhar do aluno sobre a avaliação; c) olhar do professor sobre a avaliação. Os resultados obtidos, confrontados com os objetivos iniciais, são, dentre outros: a) na comparação do desempenho acadêmico não foi notada diferença significativa entre os dois grupos de alunos; b) os alunos do curso tem sua origem em instituições públicas de ensino; c) os docentes, na maioria, não identificam o aluno cotista, salvo em caso de deficiência visível; d) docentes e alunos concordam quanto ao uso de instrumentos avaliativos e quanto às estratégias de recuperação. A pesquisa considerou que: UEMG amplie e diversifique as formas de divulgação sobre o sistema de reserva de vagas (cotas); a FaE/CBH/UEMG programe debates sobre cotas e grupos socialmente marginalizados; as pesquisas realizadas na faculdade sejam amplamente divulgadas; seus resultados sejam utilizados para o constante aprimoramento do currículo e da prática pedagógica. Finalmente, a pesquisa recomenda mais estudos sobre a temática, bem como sugere ações para um maior envolvimento entre professores e alunos, quanto à avaliação e à inclusão.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria Geral da Cidadania. São Paulo. Saraiva, 2001
LUCKESI, Cripriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MINAS GERAIS. Lei nº 15259, de 27/07/2004. Institui o sistema de reserva de vagas para os alunos afro-descendentes e egressos de escolas públicas que comprovem carência sócio-econômica, bem como alunos com necessidades educativas especiais e indígenas.

CNPq

12º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO DA UEMG

Entre dois mundos: trabalho e educação na trajetória de adolescentes negros

José Eustáquio de Brito

Email para contato: eustaquio.uemg@yahoo.com.br

Palavras chave: Trabalho, Educação, Adolescentes Negros

Levantamentos de dados quantitativos sobre a dinâmica dos mercados de trabalho metropolitanos têm contribuído para que se alcance uma compreensão acerca desses mercados e de suas relações com a trajetória de escolarização da população, condição necessária para a proposição de medidas de políticas públicas nos âmbitos do trabalho e da educação. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) apresenta relações entre escolaridade e trabalho revelando-nos, por exemplo, que na região metropolitana de Belo Horizonte o percentual de jovens que se encontravam, no ano de 2004, na condição de estudantes e trabalhadores alcançou o patamar de 16% (dezesseis por cento), contrastando com os 44,1% (quarenta e quatro vírgula um por cento) dos que se localizavam na categoria daqueles que “só trabalham e/ou procuram emprego”. Não obstante a relevância das informações fornecidas pelas pesquisas quantitativas para o conhecimento do funcionamento dos mercados de trabalho metropolitanos e da situação educacional do país, torna-se necessária uma aproximação em relação aos adolescentes e jovens. A pesquisa pretende responder, dentre outras, as seguintes questões: Quais são os principais constrangimentos enfrentados por adolescentes e jovens negros para conciliar a inserção aos mundos do trabalho com a trajetória de escolarização? Quais são as estratégias postas em prática por adolescentes negros de modo a assegurar uma inserção ocupacional no mercado de trabalho articulada com a trajetória de escolarização exitosa? Em que condições a inserção aos mundos do trabalho pode contribuir para viabilizar a trajetória de escolarização dos adolescentes? Que papel tem sido desempenhado por empresas e entidades filantrópicas de inserção ocupacional de adolescentes no sentido de viabilizar condições para que essa relação entre trabalho e frequência à escola possa se desenvolver a contento? Que relações são vivenciadas por esses sujeitos no interior das escolas com professores, coordenação pedagógica e direção tendo em vista a realidade de estudante-adolescente-negro-trabalhador? A pesquisa está sendo realizada com dois grupos de adolescentes vinculados a espaços / instituições distintas, mas que apresentam a característica comum de estarem inseridos nos mundos do trabalho e no percurso da educação básica. O primeiro, composto por adolescentes pertencentes aos quadros da Associação Profissionalizante do Menor – ASSPROM, entidade essa que, há mais de três décadas, ao atuar na região metropolitana de Belo Horizonte, visa promover a inserção ocupacional de adolescentes em situação de risco e vulneráveis socialmente no mercado de trabalho em parceria com instituições públicas e privadas. O segundo grupo é formado por adolescentes matriculados na Escola Estadual Governador Milton Campos, escola essa situada nas proximidades da região central de Belo Horizonte e que se apresenta como opção de continuidade de estudos para adolescentes que trabalham na região central da cidade.

12º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO DA UEMG

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES: visando à própria experiência para uma nova perspectiva

JANAINA DA CONCEIÇÃO MARTINS SILVA

Email para contato: janainacninha@yahoo.com.br

Palavras chave: Palavras-chave: Formação contínua de professores. Escola como lugar de formação.

A formação continuada dos professores nos últimos 10 anos tem adquirido relevância nas políticas educacionais, a ponto de se implementarem programas específicos. Hoje, pode-se pensar, com os professores, caminhos e descaminhos dessa formação que, em certa medida, é sistematizada e repensada a partir da própria visão e experiência desses profissionais. Nesta pesquisa, objetivou-se analisar a formação continuada dos professores iniciantes e em carreira como um processo de aprendizagem permanente, tendo como referência a sua realidade, suas vivências, as práticas pedagógicas e a escola como local privilegiado para essa finalidade. Foi pesquisada a formação continuada de 14 professores da sexta à nona séries do Ensino Fundamental da Educação Básica de escolas públicas e particulares de Belo Horizonte. No intuito de revelar a visão dos professores, a pesquisa de enfoque qualitativo realizou um questionário autoadministrado e uma entrevista semiestruturada articulada também a um referencial legal e teórico. As considerações finais mostraram que a formação continuada é realizada por um desejo, mas também como uma necessidade de aprendizagens inerentes à profissão. No entanto, apesar de ser uma demanda e uma necessidade, existem dificuldades para a escola constituir-se como um local privilegiado de um fazer crítico-reflexivo e transformador dessa formação, em virtude da carga horária, dos salários, da falta de reconhecimento profissional e de um projeto de longo prazo por parte de escolas e Secretarias de Educação. A formação continuada dos professores nos últimos 10 anos tem adquirido relevância nas políticas educacionais, a ponto de se implementarem programas específicos. Hoje, pode-se pensar, com os professores, caminhos e descaminhos dessa formação que, em certa medida, é sistematizada e repensada a partir da própria visão e experiência desses profissionais. Nesta pesquisa, objetivou-se analisar a formação continuada dos professores iniciantes e em carreira como um processo de aprendizagem permanente, tendo como referência a sua realidade, suas vivências, as práticas pedagógicas e a escola como local privilegiado para essa finalidade. Foi pesquisada a formação continuada de 14 professores da sexta à nona séries do Ensino Fundamental da Educação Básica de escolas públicas e particulares de Belo Horizonte. No intuito de revelar a visão dos professores, a pesquisa de enfoque qualitativo realizou um questionário autoadministrado e uma entrevista semiestruturada articulada também a um referencial legal e teórico. As considerações finais mostraram que a formação continuada é realizada por um desejo, mas também como uma necessidade de aprendizagens inerentes à profissão. No entanto, apesar de ser uma demanda e uma necessidade, existem dificuldades para a escola constituir-se como um local privilegiado de um fazer crítico-reflexivo e transformador dessa formação, em virtude da carga horária, dos salários, da falta de reconhecimento profissional e de um projeto de longo prazo por parte de escolas e Secretarias de Educação.

12º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO DA UEMG

A ANÁLISE DE IMAGENS COMO POSSIBILIDADE DE FERRAMENTA NAS AULAS DE HISTÓRIA

Alessandra Cristina Rosa

Jéssica Nakamura Pereira e Alessandra Cristina Rosa

Email para contato: ale@city10.com.br

Palavras chave: imagens – ensino de história – produção de conhecimento

Introdução A arte foi desde o início das civilizações objeto de manifestação dos seres humanos. Desta forma, passou a ser também objeto de investigação de muitos pesquisadores que debatem desde conceitos até a utilização das mesmas em práticas pedagógicas. Ao partir do pressuposto de que se vive em um mundo em que tudo está de alguma forma imbuído por símbolos, torna-se inquietante um estudo sobre a maneira como tem sucedido a utilização das imagens como recurso didático. Metodologia - O trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, observações e coleta de dados em turmas de quinto ano de escolas municipais.

Resultados – Apesar do enorme número de imagens nos livros didáticos e em tudo que nos permeia, ainda há pouco ou nenhum uso da imagem como recurso didático.

Considerações finais – Com o término do trabalho fica perceptível que há uma lacuna considerável entre teoria e prática. Muitas vezes as imagens inseridas nos livros didáticos são utilizadas como meras ilustrações dos textos, ignorando-se os diversos saberes presentes e produzidos a partir da análise e interpretação. Contudo, o trabalho torna-se relevante ao corroborar que ainda há uma carência abissal quanto ao seu uso. Contudo, mais do que a integração da ferramenta nos projetos educacionais, necessita-se de um aperfeiçoamento para que o profissional seja capaz de utilizá-lo de maneira produtiva, tornando-se um estímulo e criando possibilidades para que o aluno produza efetivamente seu conhecimento.

Instituição de fomento: CNPq

Palavras-chave: imagens – ensino de história – produção de conhecimento

Referências

- 1)Barros, Ricardo .O uso da imagem nas aulas de história. Artigo extraído do site: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-25042007-114906/>. Acesso em 22/07/2010.
- 2)BISSOLI, Lígia M. A leitura de imagens: as concepções dos professores de educação infantil. 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação - Instituto de Biociências de Rio Claro) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- 3)BRASIL. Ministério da Educação. Guia de livros didáticos: PNLD 2008: História/Ministério da Educação. – Brasília: MEC, 2007. 128p. – Anos finais do ensino fundamental.
- 4)BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MC/SEF, 1998.
- 5)FONSECA, Lêda Maria da. Leitura de imagens e a formação de leitores. Disponível em <http://www.alb.com.br/>. Acesso em 23/04/2009.
- 6)KELLNER, D. Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna. In: SILVA, T. T. (org.) Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995. p.104-31.
- 7)MOURA, Luís Rodolfo da Silva; FERREIRA, Marcelo André da Silva. O uso da iconografia nas aulas de história. Extraído do site www.artigonal.com, acesso em 22/07/2010.

12º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO DA UEMG

Signifique-se: Educação Patrimonial e ensino de História

Edna Mara Ferreira da Silva

Email para contato: ednamaraf@yahoo.com.br

Palavras chave: História, Patrimônio, Cultura, Educação

A memória coletiva é uma das maiores garantias de nossa identidade cultural e por este motivo devemos estar centrados em um trabalho permanente voltado para a Educação Patrimonial e para a história do lugar em vivemos. O caminho que nos permite esta apropriação de conhecimentos referentes às manifestações culturais é o processo educacional. Um processo de ensino-aprendizado sensível às questões referentes à identidade cultural deve se preparar para a formação de seres humanos que sejam capazes de conhecer a sua própria história cultural, além de estimular nas crianças a prática saudável da reflexão histórica. Nesse sentido, o ensino de história possibilita, desde as primeiras fases do processo de aprendizado, a apreensão das noções de cidadania e responsabilidade social e conseqüentemente o processo de constituição da personalidade de cada indivíduo. Nesse contexto, a cultura é um espaço privilegiado que nos permite, de forma crítica, trabalhar nos contrastes, nas diferenças para possibilitar aos sujeitos desse processo rever-se, e nesses espelhos se entenderem individual e coletivamente. Podemos analisar como a memória – individual, familiar e coletiva – está na configuração do que entendemos como “patrimônio cultural”. A idéia de cultura não é mais aquela que indicava acúmulo e refinamento de informações e conhecimentos, mas a de um processo contínuo de transmissão de valores e crenças, de saberes e modos de fazer e de viver que caracterizam um grupo social, uma comunidade. Trabalhar com a educação patrimonial não pode ser uma tarefa de passagem de informações e discursos pré-fabricados, mas levar o educando no processo de conhecimento, a identificar o significado atribuído às coisas por uma determinada cultura, a mergulhar no universo de sentidos e correlações que eles oferecem à descoberta, a procurar entender a linguagem cultural específica utilizada naquelas manifestações e envolver-se efetivamente com elas, através das vivências e experimentações. A Educação Patrimonial pode ser um instrumento chave para a leitura do mundo e para a comunicação com o outro. A construção da proposta foi direcionada à primeira fase do Ensino Fundamental, visando o aperfeiçoamento do conceito de sujeito histórico em seu processo educacional, buscando, dessa maneira, uma compreensão teórico-pedagógica que considera a criança e o professor como sujeitos históricos ativos, responsáveis por um processo de ensino aprendizagem satisfatório, ambos inseridos na teia de relações sócio-culturais. Nessa direção priorizamos o projeto educacional para alunos dos 4º e 5º anos (3ª e 4ª série) do Ensino Fundamental, bem como, adotamos como referência teórica metodológica autores da História cultural e outros que puderam auxiliar nossos diálogos acerca da Educação Patrimonial. Nosso objetivo era, para além de ajudar na construção de um saber criativo e reflexivo, discutir a relação da construção da identidade, da educação patrimonial e a prática da cidadania